16/10/2025 12:14:17 - AE NEWS

# MONTE BRAVO: DADOS DE ATIVIDADE REFORÇAM CENÁRIO DE DESACELERAÇÃO E PIB DO 3T25 DEVE IR 0,1%

Por Maria Regina Silva

São Paulo, 16/10/2025 - A alta de 0,4% no Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) de agosto, aquém da mediana das expectativas, de 0,7%, não altera o cenário para a atividade traçado pela Monte Bravo. A corretora diz que em carta mensal antecipada à **Broadcast** que os dados de atividade divulgados referentes ao terceiro trimestre têm reforçado os sinais de desaceleração apresentados no segundo semestre de 2025.

A estimativa da Monte Bravo é que o PIB brasileiro desacelere de alta de 0,4% no segundo trimestre para 0,1% no período de julho a setembro frente ao mesmo intervalo de 2024. "Mantemos a expectativa que a economia manterá um ritmo de 0,1% de alta no 4° trimestre, encerrando com alta de 1,9% em 2025. Para 2026, a expectativa é de ligeira aceleração do crescimento com os cortes de juros, elevando o crescimento do PIB para 2,0%", diz o relatório assinado pelo economista-chefe Luciano Costa.

*Selic*

Costa avalia que o cenário de inflação menos pressionada, combinada com sinais de desaceleração da atividade econômica, cria um ambiente mais propício para que o Banco Central considere o início de um ciclo de cortes de juros nos próximos meses.

A Monte Bravo espera que até o começo do ano que vem a inflação projetada pelo Banco Central no horizonte relevante esteja na meta. "Isso deve levar o Banco Central a promover o início do ciclo de cortes de juros a partir de janeiro de 2026, levando a taxa Selic para 11% ao ano no final do ciclo", diz.

Conforme a Monte Bravo, o ajuste fiscal continua sendo o principal desafio. Após a derrota do governo na medida provisória que buscava compensar a perda de arrecadação decorrente da limitação do aumento do IOF, surgem dois desafios centrais.

Entre as opções está o envio de projetos de lei com partes das medidas, como a norma que restringe o uso de créditos de compensações tributárias, que - segundo estimativas oficiais - poderia gerar cerca de R$ 10 bilhões. Além disso, há R$ 4,3 bilhões em medidas de contenção de despesas, como a limitação do auxílio por incapacidade temporária via Atestmed, do seguro-defeso e da compensação previdenciária. Essas medidas poderiam ser votadas separadamente com baixa resistência no Congresso. "Essas medidas poderiam ser votadas separadamente com baixa resistência no Congresso", diz.

Contato: reginam.silva@estadao.com



© Broadcast - Proibida a reprodução sem autorização.
Agência Estado - Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - 3º andar - CEP 02598-900 - São Paulo-SP.
Central de Atendimento - (11) 3856-3500 / 0800-011-3000